

COLONIZAÇÃO, FORMAÇÃO SOCIAL E RESQUÍCIOS PÓS-COLONIAIS: “complexo brasil”

COLONIZATION, SOCIAL FORMATION AND POST-COLONIAL REMNANTS:
“brazil complex”

COLONIZACIÓN, FORMACIÓN SOCIAL Y VESTIGIOS POSCOLONIALES:
“complejo brasil”

Fernando Silva Martins¹

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6456

Recibido: 04/08/2026 | Aceptado: 06/08/2026 | Publicación en línea: 20/08/2026.

RESUMO

Este artigo examina a formação social do Brasil, conectando os resquícios do período Colonial com a exposição artística “complexo brasil”, apresentada na Fundação Calouste Gulbenkian, em Portugal. Argumenta-se que séculos de exploração e escravidão consolidaram estruturas de desigualdade e racismo, que permanecem enraizados na identidade nacional contemporânea do país. Trata-se de uma pesquisa metodologicamente embasada na investigação de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em teóricos do pensamento social brasileiro, como Bento (2018), Carvalho (2016), Schwarcz (2024) e Wisnik (2025), e nas ideias de Memmi (2021) sobre os estudos pós-coloniais. O texto explora como a branquitude e o eurocentrismo moldaram uma cidadania excludente, invisibilizando as contribuições epistemológicas dos povos indígenas e negros na formação social brasileira. A análise propõe que a arte e a memória são ferramentas essenciais para desvelar esse passado traumático, permitindo uma reinterpretação crítica da história do Brasil. Ressalta-se a ideia de complexidade para descrever uma nação multifacetada que ainda busca superar os vestígios de sua origem colonial. Dessa forma, o artigo incentiva o resgate de histórias suprimidas como caminho necessário para a construção de uma sociedade mais consciente e democrática.

Palavras-chave: Branquitude. Colonização. complexo brasil. Formação Social. Pós-colonialismo. Racismo.

ABSTRACT

This article examines Brazil’s social formation, linking the remnants of the colonial period to the art exhibition “brazil complex”, presented at the Calouste Gulbenkian Foundation in Portugal. It argues that centuries of exploitation and slavery have cemented structures of inequality and racism, which remain deeply rooted in the country’s contemporary national identity. This is a methodologically grounded study of a qualitative and exploratory nature, drawing on brazilian social theorists such as Bento (2018), Carvalho (2016), Schwarcz (2024), and Wisnik (2025), as well as Memmi’s (2021) ideas on postcolonial studies. The text explores how whiteness and

¹ Doutorando em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: martinsfernando@uol.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3451-3168>

Eurocentrism have shaped an exclusionary citizenship, rendering the epistemological contributions of Indigenous and black peoples invisible in Brazilian social formation. The analysis proposes that art and memory are essential tools for unveiling this traumatic past, enabling a critical reinterpretation of Brazil's history. The concept of complexity is emphasized to describe a multifaceted nation that is still striving to overcome the vestiges of its colonial origins. Thus, the article advocates for the recovery of suppressed histories as a necessary path toward building a more conscious and democratic society.

Keywords: Whiteness. Colonization. Brazil complex. Social Formation. Postcolonialism. Racism.

RESUMEN

Este artículo analiza la formación social de Brasil, relacionando los vestigios del periodo colonial con la exposición artística “complejo Brasil”, presentada en la Fundación Calouste Gulbenkian, en Portugal. Se sostiene que siglos de explotación y esclavitud consolidaron estructuras de desigualdad y racismo que siguen arraigadas en la identidad nacional contemporánea del país. Se trata de una investigación metodológicamente basada en un enfoque cualitativo y exploratorio, fundamentada en teóricos del pensamiento social brasileño, como Bento (2018), Carvalho (2016), Schwarcz (2024) y Wisnik (2025), y en las ideas de Memmi (2021) sobre los estudios poscoloniales. El texto explora cómo la blancura y el eurocentrismo han moldeado una ciudadanía excluyente, invisibilizando las contribuciones epistemológicas de los pueblos indígenas y negros en la formación social brasileña. El análisis propone que el arte y la memoria son herramientas esenciales para desvelar ese pasado traumático, permitiendo una reinterpretación crítica de la historia de Brasil. Se destaca la idea de complejidad para describir una nación multifacética que aún busca superar los vestigios de su origen colonial. De este modo, el artículo fomenta la recuperación de historias silenciadas como camino necesario para la construcción de una sociedad más consciente y democrática.

Palabras clave: Blancura. Colonización. complejo Brasil. Formación Social. Poscolonialismo. Racismo.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A “fundação” do Brasil, edificada sobre o extermínio de povos originários e a escravização, inicialmente de populações indígenas e depois negras, consolidou um território historicamente hostil e excludente, sobretudo para quem não se enquadra nas normas sociais, criadas e organizadas em torno da branquitude e do eurocentrismo. Compreender esse processo

exige o enfrentamento de questões complexas² que formam um território já complexo e persistem na atualidade, como o racismo estrutural e o contínuo genocídio indígena. Esses resquícios da colonização manifestam-se em profundas desigualdades e violências. Ao mesmo tempo, a identidade nacional é atravessada por uma vasta diversidade cultural, fruto do encontro entre povos originários, africanos, colonizadores europeus e fluxos migratórios posteriores, que contribuíram para sua formação social (Carvalho, 2016).

Para uma análise crítica das relações sociais contemporâneas brasileiras, é fundamental identificar as dinâmicas políticas, econômicas e culturais de diferentes períodos históricos. Isso envolve a compreensão de uma série de questões que afetam a maioria da população e causam desigualdades sociais. Torna-se necessário considerar a diversidade cultural, geográfica e étnica, presente no seu território; as lutas populares e os movimentos sociais, que se destacam como motores essenciais de transformação que moldaram a sociedade brasileira; assim como eventos importantes que direcionaram e influenciaram a história brasileira, como a Proclamação da República e o golpe militar.

No entanto, este artigo delimita-se aos dois primeiros períodos da história brasileira: Colonial e Imperial (considerado extensão da colônia), épocas marcadas pela manutenção da estrutura latifundiária e do regime escravocrata. Trata-se de uma trajetória de quase quatro séculos que deixou sequelas profundas, exigindo novos olhares para uma compreensão mais crítica da história do país. Nesse sentido, propõe-se uma relação entre esses períodos e a exposição “complexo brasil”³, exibida na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, Portugal.

A exposição utilizou a diversidade artística para retratar a multiplicidade de um país composto por muitos *brasis*, todos frutos da colonização inicial. Assim, mais do que uma mostra estética, a iniciativa buscou romper estereótipos e promover uma aproximação entre Brasil e Portugal, o antigo colonizador, explorando proximidades e distâncias históricas. A mostra representou ainda uma jornada de experiências e, porque não dizer, de vivências, que chamaram a atenção para a complexidade do país, sua população, sua história e suas memórias.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi refletir sobre a formação social do país, destacando os resquícios pós-coloniais nesse processo e as tentativas de apagamento de memórias, que ainda marcam a sociedade brasileira. A arte é apresentada como um caminho para

² As palavras complexo, complexidade e suas variações serão amplamente citadas, mas no intuito de acentuar a relação proposta entre colonização, formação social, resquícios pós-coloniais e a exposição “complexo brasil”.

³ A grafia entre aspas e iniciais em minúsculo para as palavras “complexo brasil” se justifica pois refere-se à exposição homônima, também grafada em letra minúscula.

ressignificar essas marcas e resgatar o passado. Destaca-se que não se pretende analisar obras individualmente (apenas duas peças são mencionadas para reforçar ponderações efetuadas), mas sim o impacto do coletivo artístico na compreensão do processo colonial e seus desdobramentos na formação social e histórica do Brasil. São marcas que não podem ser esquecidas e precisam ser ressignificadas, para que novas histórias sejam vivenciadas e verdadeiramente construídas.

A metodologia é embasada na investigação de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada na revisão bibliográfica, associando a explanação argumentativa histórica e reflexiva ao raciocínio acadêmico. Contempla a articulação crítica entre a exposição artística e as ideias e conceitos oriundos do material selecionado. O referencial teórico baseia-se em autores como Bento (2022), Carvalho (2016), Memmi (2021), Schwarcz (2024), Schwarcz e Starling (2018) e Wisnik (2025). Esses teóricos discorrem sobre o pensamento social brasileiro e os estudos pós-coloniais, os quais ajudam a pensar os alicerces culturais eurocêntricos de sociedades originárias do sistema colonial sob novas perspectivas e com criticidade.

O percurso metodológico apoia-se ainda em reflexões originárias da tese de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade, vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A investigação, com o título provisório de *Neoliberalismo e a Formação de Professores para a Educação Básica no Brasil – análise baseada em estudos pós-coloniais*, contempla um período de pesquisa no exterior, realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Portugal. Essa vivência, no território do colonizador, possibilitou pensar a colonização e a formação social do Brasil de forma mais ampla e com outros olhares.

Para tanto, serão apresentados três tópicos, além da Introdução e das Considerações Finais. O primeiro é “Colonização, Formação Social e Resquícios Pós-coloniais”, que traz um breve panorama do período colonial e imperial, destacando estruturas sociais que resultaram nos resquícios pós-coloniais que ainda reverberam no Brasil contemporâneo. O segundo é “complexo brasil”, em que a exposição homônima é detalhada e contextualizada, destacando aspectos da complexidade do país ou que o tornam complexo. O terceiro é “Discussão e Ponderações”, que realiza uma discussão baseada nos tópicos anteriores para demonstrar como a arte ajuda a compreender a formação do país e ressalta o quanto os resquícios do período colonial ainda estão presentes na sociedade brasileira.

COLONIZAÇÃO, FORMAÇÃO SOCIAL E RESQUÍCIOS PÓS-COLONIAIS

A formação social do Brasil é um processo complexo, marcado por contextos variados e diferentes períodos históricos, que fomentam uma série de interpretações, muitas vezes divergentes, para o seu entendimento. À luz desse processo, temos na base os períodos Colonial e Imperial, que estabeleceram uma estrutura voltada à dominação territorial e à exploração violenta de povos originários e africanos.

O sistema colonial organizou-se em torno da produção de bens tropicais para a metrópole, priorizando o lucro da burguesia mercantil e o baixo custo operacional através da escravidão humana, sem qualquer compromisso com a dignidade social ou uma estrutura colonial que projetasse um futuro país. Mesmo com a independência em 1822, o Império preservou essas mazelas, mantendo uma economia monocultora latifundiária (cana-de-açúcar e café) e o trabalho escravizado; uma população livre empobrecida, majoritariamente, analfabeta, sob um Estado absolutista, imerso em conflitos e disputas de poder e privilégios (Carvalho, 2016; Vita, 1994).

Cabe ressaltar que a escravidão negra foi além da carência inicial por mão de obra ou a dificuldade em escravizar indígenas, mas se consolidou pelo tráfico negreiro, que era extremamente lucrativo e vantajoso tanto para os comerciantes metropolitanos, como locais. Esse sistema de trabalho mercantilizou pessoas em prol de lucro e poder, explorando ao máximo suas capacidades, sem a preocupação de construir uma sociedade que garantisse o mínimo de dignidade para esses povos e seus descendentes (Carvalho, 2016; Prado Jr., 2011).

Dessa forma, constituiu-se uma sociedade marcada por uma história, que é mais ampla do que se pensa, mas não é estudada e compreendida de fato e nem chega ao conhecimento da maioria da sua população. Conforme apontam Schwarcz e Starling (2018), essa sociedade ainda

ambiciona ser mestiça como de muitas maneiras são os brasileiros: apresenta respostas múltiplas e por vezes ambivalentes sobre o país; não se apoia em datas e eventos selecionados pela tradição; seu traçado não se pretende apenas objetivo ou nitidamente evolutivo, uma vez que carrega um tempo híbrido capaz de agenciar diversas formas de memória. Mais ainda, é mestiça porque prevê não só mistura, mas clara separação (Schwarcz e Starling, 2018, p. 14).

São memórias que se misturam e se apagam, na tentativa de manter a obscuridade da sua própria história, como a miscigenação citada pelas autoras e que muitas vezes é utilizada para justificar a diversidade populacional brasileira e até mesmo “minimizar” o racismo estrutural, que perpassa e se esconde nela.

A miscigenação representou uma tentativa de branqueamento da população brasileira, com o incentivo à imigração branca e antes, foi fruto da escravização de indígenas, praticada no início do período colonial e quase causou a sua extinção pela violência e por doenças trazidas pelo colonizador. Estima-se que quando os colonizadores chegaram, havia cerca de 4 milhões de indígenas no território, o que foi reduzido para menos de 1 milhão, em 1823. Apenas para se ter uma ideia, Portugal tinha cerca de 1 milhão de habitantes quando começou a ocupar as “novas” terras, que se tornaram a América Portuguesa (Carvalho, 2016).

Os indígenas que conseguiram escapar ao massacre foram empurrados para o interior do país ou se miscigenaram para sobreviver. Soma-se a esse cenário o fato de que a miscigenação era favorável a uma colonização comercial, masculina e fundamentada no patriarcado, pois inicialmente as mulheres não acompanhavam os homens. Assim, tornou-se uma necessidade “individual” e política, predominantemente realizada por meio de estupro de mulheres indígenas e negras, sem o menor respeito a sua humanidade (Carvalho, 2016; Vita, 1994).

Atrelada à miscigenação, a ocupação e a exploração da terra, tornou-se um processo perverso, que por si só, desconfigurou e transformou o país

numa nação caracterizada pelo poder de grandes proprietários rurais, muitos deles donos de imensos e isolados latifúndios que podiam alcançar o tamanho de uma cidade, autoritarismo e personalismo foram sempre realidades fortes, a enfraquecer o exercício livre do poder público, a desestimular o fortalecimento das instituições e com isso a luta por direitos. Diz o provérbio popular que no Brasil “quem rouba pouco é ladrão e quem rouba muito é barão”, como a legitimar uma noção, hoje muito discutida e politizada, de que no país o fato de ser abonado já é prova de isenção e de uma cidadania acima de qualquer suspeita (Schwarcz e Starling, 2018, p. 14).

A legitimação desse provérbio citado pelas autoras e o julgamento pelo que se possui, remonta ao período da colonização, já que a posse da terra se deu na forma de grandes latifúndios. O cultivo de largas extensões era mais lucrativo, pois sem técnicas as terras empobreciam rapidamente. Esse sistema garantia grande poder aos latifundiários, que administravam terras, pessoas e escravizados que não eram considerados como humanos, além de manter os privilégios das elites. Os homens livres, na sua maioria pobres e mestiços, não tinham direito à terra e realizavam trabalhos secundários. Praticavam também uma produção de subsistência, mantendo-os em posição subalterna, em relação ao latifundiário, que poderia expulsá-los a qualquer momento de suas terras (Vita, 1994; Prado Jr., 2011).

A transição para a economia mineradora no século XVII trouxe urbanização e menor controle social, mas não alterou a dependência do trabalho escravizado, que persistiu até o fim

do Império. Como o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil herdou uma estrutura que transformou pessoas em mercadorias e fundamentou o racismo estrutural e institucional. A abolição em 1888, por não prever a integração econômica ou educacional dos ex-escravizados, perpetuou a exclusão, a subalternização e a marginalização dessa população (Carvalho, 2016).

A escravidão negra deixou muitas consequências para o Brasil, sendo o país que se manteve por mais tempo no sistema escravocrata na Modernidade e tornou-se o oitavo mais desigual do mundo, provavelmente, senão por consequência dessa forma de exploração. O sistema colonial ocasionou uma herança histórica, que criou divisões dicotômicas do mundo e uma estrutura capitalista mercantil, que transformou pessoas em mercadorias (Schwarcz, 2024).

Negros e pardos continuam sofrendo com estigmas pouco superados, pois os avanços atuais não compensam a dívida histórica da sociedade com essa população. Esse cenário de exclusão estende-se, igualmente, aos povos indígenas. Trata-se de uma “herança” histórica complexa, que não desapareceu com o tempo; pelo contrário, ela é a raiz das desigualdades sociais atuais. Isso enfraquece a coesão social, produzindo um clima de insegurança, que impede o fortalecimento da nação, como um todo. Mantém-se uma superioridade branca e eurocêntrica em um país tão diverso e com uma riqueza cultural imensurável, mas que parece fazer da branquitude mais do que um privilégio, em um país onde negros e pardos representam a maioria da sua população (IBGE, 2022).

Para Schwarcz (2024, p. 10), a branquitude “corresponde a um sistema internalizado de privilégios materiais e simbólicos que se ancora no passado, mas exerce suas prerrogativas no presente”. Esse sistema impõe como consequência social a perpetuação do poder e a manutenção dos domínios e controles sociais. Acarreta impactos e desigualdades ainda mais marcantes, em sociedades pós-coloniais, pelo lastro de arbitrariedades e desumanidades cruéis, como no caso do Brasil, que tem o racismo impregnado de forma velada na sua constituição. A branquitude faz parte da cultura eurocêntrica, que se construiu como universal e hegemônica e, a partir do processo colonial, foi perpetuada de geração em geração, defendida e mantida em políticas de branqueamento ao longo da história e da própria educação do país.

Nesse contexto, a branquitude juntamente com outros marcadores sociais, que são construções históricas, culturais e regionais, exerce uma influência pragmática nacional e global, reproduzindo identidades coletivas, hierarquias sociais e processos de subalternização. Assim, além de ajudar a inferiorizar populações oriundas do sistema colonial, a branquitude coloca em xeque a construção social do país. Esse cenário, aliado à força dos símbolos, contribui para a

exclusão social que mantém privilégios e epistemologias baseadas no eurocentrismo e perpetuadas por meio de imagens (Schwarcz, 2024).

Trata-se de um resquício pós-colonial, assim como tantos outros, que destroem a ideia de formação social e de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de vislumbrar mais do que o seu lugar na sociedade, mas conscientes da sua própria história. Embora possa parecer redundante, esses resquícios carregam diferenças cruciais: para quem não se enxerga ou permanece em condição subalterna, apaga a possibilidade de inclusão, amplia desigualdades sociais e desumaniza uma população já tão explorada e marginalizada. Dessa forma, a colonização e os seus malefícios não terminam com a independência política, mas têm um efeito duradouro, carregado pelas gerações futuras, pois ela “falseia as relações humanas, destrói ou esclerosa as instituições e corrompe os homens, colonizadores e colonizados. Para viver, o colonizado precisa suprimir a colonização” (Memmi, 2021, p. 189).

Nesse sentido, superar a colonização torna-se uma tarefa árdua, que não é consciente e parece não ter a intenção de se tornar, já que sua conscientização ameaça as relações de poder das elites e sistemas políticos, que muitas vezes sobrevivem pela subalternização de suas populações no ostracismo, na memória e na imagem eurocêntrica construída. A imagem fabricada pela colonização se pauta pela dinâmica de poder estabelecida pelo sistema colonial, fundamentada na criação de estigmas psicológicos para justificar a exploração econômica.

O colonizador projeta para si uma imagem de superioridade e esmero, enquanto rotula falsamente o colonizado como ocioso, para legitimar sua própria dominação. Essa rotulação cria um processo de desumanização, que apaga a identidade original dos povos colonizados, forçando-os a internalizar uma suposta inferioridade social. Isso gera uma das maiores sequelas da colonização, que é a negação da existência plena do sujeito, dificultando sua identificação como pessoa e como cidadão após períodos de escravidão ou subalternização. Assim, constrói-se um abismo que não pode ser ultrapassado a curto prazo, sobretudo em sociedades fundadas com essas características, pois cria-se uma “nação” mantendo desigualdades sociais e históricas que beiram a barbárie (Memmi, 2021).

A relação de convivência no sistema colonial extrapolou barreiras da barbárie, pois o contato entre colonizador e colonizado se baseava na sujeição e na degradação diária do colonizado, que era esmagado não só economicamente, mas também social e espiritualmente. Esse convívio, mais do que a exploração, modificou sociedades, dizimou civilizações e transformou os próprios colonizados, em pequenos colonizadores, com privilégios limitados.

Eram funcionários medianos, agricultores de menor porte, artesãos, que repetiam o mesmo modo de vida que a metrópole definia como o correto. Esses pequenos colonizadores integravam uma “pirâmide dos pequenos tiranos: cada um, socialmente oprimido por alguém mais poderoso que ele, encontra sempre um outro menos poderoso que possa oprimir, fazendo-se assim, por sua vez, tirano” (Memmi, 2021, p. 49 e 50), o que parece ser identificado na sociedade brasileira, fruto dessa formação social.

Em continuidade a essa lógica, percebe-se o quanto o Brasil ainda carrega resquícios do sistema colonial e como é difícil perceber essas amarras ou compreender de fato como elas funcionam, tornando-o multifacetado e complexo. Trata-se de um país imerso em um sistema econômico neoliberal, que se apropria dessas questões para se perpetuar e influenciar inclusive os processos educacionais e a formação de professores, moldando-os de acordo com os seus interesses de reprodução do capital e manutenção de privilégios (Martins, 2022; 2025).

“complexo brasil”

A exposição “complexo brasil” esteve em cartaz de 14 de novembro de 2025 a 17 de fevereiro de 2026, na Galeria Principal e na Galeria do Piso Inferior da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, Portugal. A mostra reuniu obras de arte, peças musicais, vídeos e vários documentos, na intenção de proporcionar um deslocamento pela cultura e pela complexidade brasileira. A exibição ainda buscou problematizar as relações seculares entre o Brasil e Portugal, por meio do diálogo entre os dois países, como forma de aproximação e ressignificação do passado colonial (Fundação Calouste Gulbenkian, 2026).

A curadoria foi coordenada por José Miguel Wisnik, em parceria com Milena Britto e Guilherme Wisnik, não sendo “concebida como uma simples mostra de objetos, mas como uma travessia de experiências que pretendeu dissolver estereótipos e abrir novas perspectivas de entendimento” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2026). Projetada por Daniela Thomas, a mostra foi acompanhada por um programa de atividades paralelas e por uma publicação homônima que amplificou a investigação realizada pela equipe curatorial. Ela inspirou ainda o número 220 da edição especial de setembro de 2025 da Revista *Colóquio*, dedicada à literatura e às artes brasileiras, com foco nos primeiros 25 anos do século XXI, fazendo uma comunicação entre a exposição e o projeto curatorial.

Os artistas que participaram da exposição pertencem a uma lista importante não só para o

cenário cultural brasileiro, mas para o significado que suas obras carregam sobre a formação social do país. Por isso, essa lista não pode deixar de ser citada, apesar de sua extensão:

Abdias do Nascimento, Albert Eckout, Alfredo Volpi, Aline Motta, Ana Elisa Egreja, Anita Ekman, Anna Mariani, Arjan Martins, Arnaldo Antunes, Arthur Bispo do Rosário, Augusto de Campos, Bárbara Wagner, Bruno Faria, Bruno Lyfe, Caetano Dias, Caio Aguiar, Cândido Portinari, Carlos Vergara, Cassio Vasconcellos, César Oiticica, Chicico Alkmim, Cildo Meireles, Clarissa Tossin, Claudia Andujar, Cristiano Mascaro, Dalton Paula, Damião Barros, Denilson Baniwa, Desali, Djanira da Motta e Silva, Eduardo Clark, Eleonore Koch, Elian Almeida, Emerson Rocha, Emmanuel Nassar, Fernanda Liberti, Gê Viana, Geraldo de Barros, Giselle Beiguelman & Lucas Bambozzi, Glicélia Tupinambá, Gustavo Caboco, Hélio Oiticica, Henrique Oliveira, Igi Ayedun, Ione Saldanha, Jaider Esbell, Jean Baptiste Debret, Joaquim Codina e José Freire, Jonathas de Andrade, Júlio Bittencourt, Kika Carvalho, Lalo de Almeida, Larissa de Souza, Lenora de Barros, Leonardo Finotti, Lina Bo Bardi, Lucas Almeida, Lucio Costa, Luis Donisete Benzi Grupioni, Luiz Knud Correia de Araújo, Luiz Sacilotto, Luiz Zerbini, Lygia Clark, Lygia Pape, Marcia Xavier, Marepe, Mario Fontenelle, Maureen Bisilliat, Maxwell Alexandre, Mestre Didi, Mira Schendel, Modesto Brocos, Montez Magno, Mulambo, Nelson Kon, Nelson Leirner, Nuno Ramos, Pedro Américo, Priscila Rezende, René Burri, Roberto Burle Marx, Rogerio Reis, Rommulo Vieira Conceição, Rosana Paulino, Rubem Valentim, Sandra Nanayna, Sergio de Souza, Thays Chaves, Theodor de Bry, Thomaz Farkas, Tiago Sant'Ana, Tunga, Uýra Sodoma, Waldemar Cordeiro, Wyllis de Castro (Fundação Calouste Gulbenkian, 2026).

São nomes que representam, por meio da sua arte, a complexidade do que é o Brasil. Um país com uma formação social caracterizada por um emaranhado de “misturas”, culturas e um povo que não conhece e se reconhece no seu passado, mas tornou-se vítima de um apagamento histórico e cultural. A exposição talvez represente um resgate desse passado, uma lembrança fundamental e necessária dessa história, sem esquecer a ponte que fez com Portugal, que é parte desse processo. Portanto, ela é como o “seu símbolo chamativo: uma flor sedutora e áspera que nos atrai para dentro de seu fundo insondável.[...] Um convite à experiência de *brasis* sujeita necessariamente às fricções e ao risco, beirando por vezes a admiração, o espanto, o fascínio e o horror” (Wisnik, 2025, p. 36).

Nesse contexto, “complexo brasil” simbolizou um misto de reações que podem ser fruto da herança do período inicial da história do país, pois o que é chamado “de Brasil (que se compõe de muitos *brasis*) é a resultante complexa de uma ação colonial de grandes proporções e consequências em que Portugal arrastou Áfricas para a América e tomou para si essa imensa terra indígena” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2026). Essa ação colonial está impregnada na história e na formação social brasileira desde a sua origem, pois:

o que foi chamado de descobrimento é um ato de força que encobre essa origem traumática. A exposição propõe-se a *desencobrir o encobrimento* dos *brasis* e a dispor

a portugueses e brasileiros, num espelho comum que nos implica, a perspectiva de um desencobrimento recíproco. Nele, fundem-se a violentação apropriadora e o remoinho de experiências humanas em processo de cruzamento e de arrebentação que vêm bater em nós hoje (Fundação Calouste Gulbenkian, 2026 – grifos dos autores).

Essa ideia de muitos *brasis*, assim como muitas visões sobre o Brasil, dentro do próprio território, às vezes são opostas e se confundem: ora o país é retratado como do futuro, ora do passado; ora como um paraíso de convivência, ora como um lugar de violência; ora de oportunidades, ora de incompetência, e muitas outras redundâncias. Segundo Wisnik (2025), até mesmo autores clássicos que tratam da formação social do país partem de perspectivas de países diferentes e divergentes, que trazem a concepção de atraso, integração e um misto dos dois. Trata-se de uma nação que se assume como um aglomerado racial e cultural de grandes proporções, mas que tem dificuldades de lidar com essa diversidade, para não dizer complexidade. Assim, formou-se uma sociedade que não conhece bem seu passado e projeta um futuro no qual, antes de tudo, precisa fazer as pazes com esse passado.

Nesse contexto, o país parte da ideia de diversidade, tenta criar políticas para indígenas e negros, mas ao mesmo tempo massifica essas populações e revela realidades estruturais, tornando-o desigual e violento. Organiza-se entre a afirmação e a negatividade, o horror e a maravilha; por isso, é complexo e difícil de ser entendido, mesmo para quem é ou se torna brasileiro. Acolhe a todos que querem fazer parte dele, sem muitas vezes acolher os seus: aqueles que já estavam no território, antes de ser nomeado Ilha de Vera Cruz e outros povos que foram trazidos à força.

De acordo com Wisnik (2025), a escolha do nome “complexo brasil” para o título da exposição já deixa claro o que o adjetivo “complexo” representa, sobretudo ao associá-lo ao Brasil, isto é, não é algo fácil de se explicar ou que venha de ideias prontas, mas sim que “escapa a qualquer pretensão totalizante ou esgotante – única maneira honesta, aliás, de assumir a incumbência tremenda. O que nos propomos é oferecer e interrogar, como um convite e um desafio ao atravessarmos, uma experiência de *brasis*” (p. 45 e 46).

Enquanto substantivo, a palavra “complexo” também incorpora muitos elementos heterogêneos e interligados, como: a diversidade de biomas, que são muitos e distintos (cerrado, caatinga, pantanal, florestas etc.); as etnias, que vão além do indígena, do branco português original e do negro, somando-se aos imigrantes (italianos, árabes, asiáticos etc.); as culturas que se atravessam (oral, escrita, tradicional, ancestral); as lógicas e formas de pensar provenientes da diversidade cultural; as línguas indígenas vivas, além daquelas que chegam com os imigrantes; e

as religiões, sem esquecer o sincretismo tão típico no Brasil. Esse cenário abrange também os processos econômicos, as classes sociais caracterizadas por extrema desigualdade, além dos complexos de inferioridade e de superioridade vivenciados por brasileiros e portugueses (Wisnik, 2025), afetando mais os primeiros principalmente em relação à inferioridade.

A exposição traz toda essa complexidade em sua composição artística, que parece dialogar com épocas, tempos e espaços. Simultaneamente, provoca e mostra a beleza e a riqueza que estão em si e podem ajudar a refletir o Brasil de forma crítica. Um país potente em todos os sentidos e, não por acaso, explicitado no texto *Dez vezes complexo brasil*, que faz parte do livro que recebe o título homônimo à mostra. No texto, Wisnik elenca e discorre sobre dez itens (A droga, O complexo, O feitiço, Os donos do poder, O trauma, A força bruta, Os visionários, O canto, A bola, O recado) e deixa clara a potência da exibição, sobretudo o seu propósito ou, como se pode deduzir, a mensagem a ser transmitida.

Assim, quando Wisnik (2025) finaliza seu texto com o item “O recado”, é possível presumir qual seja, embora fique a subjetividade que a arte traz em si. Por isso, quiçá antes, tenha contextualizado sobre a ocorrência que a palavra “recado” tem ganhado no Brasil quanto à linguagem e a dupla mensagem que pode estar implícita para alguém, pois

tudo que se diz, diz também outra coisa, suscetível de ser captada de maneira mais inconsciente do que consciente nas inflexões, nos gestos vocais, nos acentos e nas direções, intencionais ou não, das falas. Com sorte, essa travessia pela multiplicidade de perspectivas produz uma expansão da consciência e um ganho de alma, quando uma convergência de fatores imponderáveis promove um salto no ver/viver coletivo. O português de Portugal e o português do Brasil são, pode-se dizer, a mesma língua *emitindo recados diferentes* (Wisnik, 2025, p. 99 e 100 – grifos do autor).

Nessa perspectiva, a intenção da exposição poderia ser mandar um recado tanto para brasileiros, como para portugueses: um recado que há tempos deveria ter sido enviado e precisa reverberar nas duas línguas. Embora sejam as mesmas, elas se diferenciaram ou se distanciaram ao longo do tempo, mas quem sabe, podem se reencontrar pelo resgate do passado comum (Wisnik, 2025). Ou também pode provocar uma tentativa de travessia, possibilitada pela mostra, já que “reparar essa história é reparar *nessa* história: não atentar contra ela, mas atentar *para* ela. Incorporar o outro em si, em vez de excluí-lo como ameaça” (Wisnik, 2025, p. 101 – grifos do autor). Por isso a aproximação, o que também este artigo propõe: aproximar o Brasil de seu passado colonial e também de Portugal, seu colonizador. Assim, pode-se seguir sem nostalgia, lembrar memórias que traumatizam hoje e que precisam ser lembradas, na intenção de que não

sejam mais traumas no futuro, mas possam ganhar outros significados.

Wisnik (2025) sugere também que a exposição seja um encontro de gente brasileira e portuguesa e ressalta o termo “gente” ao invés de “humanidade”, pois o humano se revelou capaz de cometer as maiores atrocidades e barbáries contra a sua própria espécie. Ao contrário, “gente é quem compartilha o serestar, com palavras e sem palavras, numa zona definida e indefinível onde se trocam senhas e recados do existir. Gente com gente, gente em nós – nossos nós” (p. 101). Nesse sentido, a arte pode ser não apenas uma forma de resgatar a história do país, mas também sua própria humanidade, que, desde os tempos coloniais, é recusada e “complexada”.

Dessa forma, a exposição por meio do mosaico de obras e de todo o cenário construído apresentou um país complexo, que não se reconhece de fato na sua história e se contradiz em muitas visões de si mesmo. É fruto da sua complexa formação social, mas ao mesmo tempo é pátria amada e lugar de belezas imensuráveis. Composto por pessoas que acreditam e se dispõem a construir outro país, que possam lidar com a sua história e se reinventar na certeza de que não somos únicos, mas gente disposta e capaz de forjar essa construção.

DISCUSSÃO E PONDERAÇÕES

Após fazer breves considerações sobre o período colonial brasileiro, apontar alguns dos seus resquícios e conhecer um pouco da exposição “complexo brasil”, é possível traçar uma relação entre esses temas. Observa-se no conjunto artístico traços das desigualdades sociais que assolam a nação, marginalizam negros, indígenas, pobres e todos aqueles que não se enquadram no estereótipo eurocêntrico “caucasiano”. Esse ambiente, além de fruto do ciclo histórico colonial, é alimentado por imagens distorcidas e criadas para manter a subalternização da sua população e a complexidade da sua formação social.

As obras expostas perpassam a arte indígena, negra, africana, barroca, modernista, contemporânea etc. e, parecem retratar essa complexidade e ao mesmo tempo provocar a reflexão. Como no caso dos *mantos tupinambás*, referenciados na mostra em vídeo e com a exibição de uma peça recriada por Glicéria Tupinambá. É possível perceber e entender a representatividade, a força contida neles e lembrar que são peças que remontam à colonização, possuem grande expressão, mas que estão, em sua maioria, em solo europeu.

Esses *mantos*, símbolos de uma cultura, de um povo, foram desapropriados da sua identidade para se tornarem peças museológicas, com outros significados. São frutos de espólio,

do fetiche ou feitiço que se formam em torno deles. Demanda de “exposição”, não em museus, mas no sentido de deixar algo à vista, revelar, para que seja conhecido, pensado, ressignificado. Ou seja, são desconhecidos no seu próprio território de origem, o que pode criar uma imagem complexa, que demonstra a falta de memória ou de conhecimento dos seus habitantes.

Esse fato revela que muitas imagens construídas do Brasil possivelmente foram produzidas para causar distorção, na tentativa de manter o poder com a classe dominante. A ocupação de terras brasileiras, perpetuada por meio da violência, manipulação, exploração, escravização e táticas perversas, é minimizada por imagens que tentam apagar não só esse cenário, mas também os saberes e a cultura originária e africana. Assim, esquece-se de referências, como os *mantos tupinambás*, para tentar “mostrar” que esses povos não tinham identidade, cultura e humanidade. Ao contrário, são associados a estigmas que os caracterizam como selvagens e primitivos.

Em conjunto com os modelos fabricados pelo sistema colonial e pelo eurocentrismo, a “produção” imagética ganha força. Esse aspecto pode ser observado na obra *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos, que se tornou símbolo da tentativa de embranquecimento da população brasileira. Na exposição, em conjunto com outras obras e vídeos, ela emerge como denúncia ao mito da democracia racial, revelando construções distorcidas de um país caracterizado por imagens:

que têm a capacidade de, em primeiro lugar, encantar com a sua beleza e com a força de suas formas estéticas. Mas imagens podem também dissuadir, desviar o olhar ao oferecer visões incompletas de si mesmas ou das realidades que dizem descrever. Afinal, ninguém lê livremente e sem as lentes e códigos da sua cultura (Schwarcz, 2024, p. 34).

Dessa forma, as imagens podem remeter e contribuir para o estabelecimento de “pactos” sociais, muitas vezes implícitos, que produzem e reproduzem, por meio de registros visuais, realidades que não são verdadeiras. Ao contrário, ajudam a perpetuar e consolidar dominação e poder principalmente dos brancos, que assumiram a missão civilizadora, por meio da colonização, como sendo o suposto “fardo do homem branco”. Isto é, para legitimar a exploração econômica e humana, que somadas à força das simbologias, constroem sociedades disformes.

No caso do Brasil, com maioria da população negra e parda, o país foi construído e é caracterizado pela branquitude, por suas concepções e construções históricas. Sua sociedade traz no imaginário a ideia de uma “colônia pitoresca”, diferente da colônia dos trabalhos forçados, subalternizados e que, de certa forma, continua caracterizando o país e mantendo as desigualdades

sociais e uma visibilidade que não é real. Esse cenário gera uma invisibilidade que atravessa e divide os estudos sobre branquitude, em muitas sociedades, pois ela é “entendida como uma falta de percepção da própria racialização por parte das pessoas brancas” (Schwarcz, 2024, p. 58), fazendo com que não seja uma identidade reconhecida ou estimada. Nesse sentido, a ideia de branquitude “representa um conjunto de valores e hábitos antes vividos do que, de fato, assumidos pelo grupo como forma de identidade social” (Schwarcz, 2024, p. 58).

Essa situação faz com que a branquitude não seja aceita e nem assumida pelo grupo, que inclusive a nega como uma pluralidade social, assim como os privilégios que advêm dela, tornando-a uma “ferramenta teórica que permite racializar as subjetividades brancas. Revela estratégias, hábitos, costumes, representações que resultam não só numa sorte de identidade ‘neutra’ como na naturalização de um lugar social” (Schwarcz, 2024, p. 59 – grifo da autora), o que faz entendê-la, justamente como lugar de privilégio e poder.

São amarras herdadas do sistema colonial e fazem parte da história brasileira, que promove mudanças que não mudam de fato: como uma independência que manteve a monarquia, a burocracia colonial e o regime de trabalho escravizado, ou uma abolição da escravatura que foi postergada ao máximo, sem planejamento, que aboliu sem abolir,

abandonando os ex-escravizados e seus descendentes ao deus-dará de um não-destino político, que os mantém na condição de não-cidadãos em grande parte excluídos e invisibilizados (mais presentes nas dobras do trabalho braçal, nas favelas, nas prisões e nas estatísticas de morte violenta do que nas universidades e na gerência de instituições públicas e privadas, para não falar nas partes mais altas da pirâmide social) (Wisnik, 2025, p. 62).

Dessa forma, a branquitude, que é uma dessas amarras, desses resquícios da colonização, ajuda a fabricar a invisibilidade de negros e indígenas, que parece ser mostrada, escancarada em “complexo brasil”; por isso a discussão se ateve a esse aspecto, dentre outros tantos que poderiam ser levantados. Entende-se que ela tem um peso muito grande, pois embasa o racismo e a subalternidade, que impregnam a formação social brasileira e deixa negros e pardos nas piores estatísticas, atrelados à violência, ao desemprego, à criminalidade, aos baixos salários, à educação insuficiente, entre outras. Aliada ao eurocentrismo, contribui ainda no processo de inferiorização de uma população já tão marginalizada e mantém os conhecimentos hegemônicos europeus, que “civilizaram” grande parte do mundo e foram a base para as novas sociedades oriundas do colonialismo, principalmente com a criação de imagens, que refletem e validam essa hegemonia.

Para Bento (2022), que é referência no tema, a branquitude também é produto do passado

colonial e do sistema escravocrata que foram mecanismos essenciais do capitalismo mercantil. A exposição retrata e faz referência ao tráfico de escravizados e mostra em vídeo o fluxo desse mercado e o Brasil como peça principal desse comércio. Ocorre, assim, um entrelaçamento entre colonização e capital. Esse entrelaçamento continua na atualidade, agora reconfigurado com outros nomes como neoliberalismo, globalização, imperialismo etc., mas, como se percebe, utiliza-se dos mesmos princípios para dominar e explorar, sobretudo, sociedades que se organizaram em bases na colonização (Martins, 2025). Assim, esse passado, que é silenciado e ocultado, precisa ser descortinado pelas novas gerações para assim gerar novas possibilidades “civilizatórias”, que contemplem a ruptura com seus alicerces ideológicos e exploratórios.

Nesse contexto, Bento (2022) entende que a história do Ocidente é marcada por processos que inferiorizam o outro para justificar seus meios de dominação, exploração e manipulação, o que se estende na contemporaneidade. Um desses processos, marcadamente na expansão colonial, foi utilizar de ideologias e subterfúgios para justificar e atingir seus objetivos, como a superioridade branca. A Europa se valeu do seu *status* “civilizatório” e empreendeu discursos, para classificar os demais povos, seja como bárbaros, pagãos, primitivos, selvagens, o que também garantiu sua hegemonia pelo tom da pele e inferiorizou os demais povos, para que ficassem em posição subalterna, como se o europeu fosse o “homem universal”.

Entretanto, a colonização não beneficiou apenas as elites ricas e as companhias que se apropriavam das riquezas extraídas ou produzidas nas colônias, mas todas as outras classes, até os mais pobres. Esse fato contribuiu para que ideias como a branquitude fossem difundidas, o que também justificava o trabalho escravizado e possibilitava a produção dessas riquezas. O eurocentrismo produziu ainda a intolerância e o capitalismo racial, que deixaram continuidades simbólicas e institucionais, como marcas da dominação colonial. Assim, a questão racial não pode ser desconsiderada nesse processo; ao contrário, gera desigualdades horrendas que afetam toda a sociedade (Bento, 2022).

Em “complexo brasil”, foi possível vislumbrar essas questões, pois a exposição reuniu obras de diversos artistas, etnias, contextos, épocas, identidades, recursos, materiais e visões, entre outros pontos. Trouxe à tona o que estava explícito para se ver, isto é, a imagem construída, mas também, e talvez mais importante e potente, o que estava implícito. Não é uma tarefa fácil, mas possível e, acima de tudo necessária, para que se possa conhecer e pensar o país e sua complexidade por outras possibilidades. Outras dinâmicas que não aquelas que aprendemos de forma “distorcida” ou carregada, impregnada de eurocentrismo, branquitude e imagens que não

correspondem à realidade.

Trata-se de uma discussão que é extensa e que pode conduzir a muitas conversas, diálogos, pontos de vista e análises diferentes, mas que certamente conduzirá a olhar e pensar um país complexo por outras vertentes. Assim, tem-se a possibilidade de enxergar sua história de forma mais ampla, aqui pensada no período Colonial e Imperial, que juntos representam quase quatro séculos e são a base da formação histórica e social brasileira. Essa compreensão ajudará a entender como os resquícios desse período se manifestam na atualidade, como organizam a sociedade e como ainda carregam suas complexidades, explicando melhor o “complexo” Brasil.

CONCLUSÃO

Este artigo pretendeu abrir espaços de debates sobre a formação social brasileira e não esgotar o tema. Utilizando a exposição “complexo brasil” como ponto de partida, buscou-se analisar como a arte e o resgate de memórias podem ajudar a projetar uma nova história para o país, a partir da reflexão e da consciência do seu passado. Além disso, procurou desvelar memórias silenciadas, recorrendo à potência das linguagens artísticas, como o áudio e a imagem, o que pode fortalecer uma cultura que seja, de fato, condizente com a pluralidade do país.

Embora a exposição física tenha sido apresentada em Portugal, o que limitou o acesso do público brasileiro e à reflexão proporcionada, o texto visa democratizar a discussão e despertar o interesse por uma análise mais profunda da realidade e da formação social brasileira, servindo como uma ponte para estimular o debate. A ideia central é enfrentar o passado para ressignificar memórias e superar estruturas subalternizadas por meio da arte, desmistificando uma formação social baseada no eurocentrismo, na branquitude e que perpetua privilégios.

Assim, o texto propõe novos ângulos e deixa espaços abertos para entender a formação social do país, confrontando estruturas que renegam a diversidade nacional. Estimula o enfrentamento do passado como possibilidade para entender a diversidade brasileira e, assim, ela possa ser aceita de forma plena e não apenas retórica. Por isso, convoca novos diálogos que permitam construir uma história alternativa, longe das estruturas de opressão vigentes. Dessa forma, transformar o que é um Brasil complexo, em um “complexo brasil”, mas pela riqueza da sua diversidade populacional, territorial e cultural e não pelos estigmas do passado.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes pela concessão de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). E, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pela concessão de bolsa de estudo de Doutorado, a qual permite que a pesquisa seja desenvolvida.

REFERÊNCIAS

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Complexo Brasil**. Lisboa, Portugal, 2026. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/agenda/complexo-brasil/>. Acesso em 12 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MARTINS, F. S. Colonialismo, pós-colonialismo e educação no Brasil . **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. e14197, 2025.

MARTINS, F. S. **Processo de mercantilização do ensino superior privado brasileiro e formação de professores no curso de Pedagogia**. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2022.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, L. M. **Imagens da branquitude: A presença da ausência**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

VITA, Á. de. **Sociologia da sociedade brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

WISNIK, J. M. Dez vezes complexo brasil. In: WISNIK, J. M. (Org.) **Complexo Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.